

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Lei de Criação 372 – 13/02/92

Termo de Referência

Chamamento Público para Credenciamento de Pessoas Jurídicas da Área da Saúde

ESTADO DE RONDÔNIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA - RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Referência Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

1. PREÂMBULO

A Prefeitura do Município de Ministro Andreazza, Rondônia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas e demais normas pertinentes, torna pública a realização de Chamamento Público para Credenciamento de Pessoa Jurídica da Área da Saúde para prestação de serviços complementares de saúde.

Este Credenciamento configura-se como um procedimento auxiliar das contratações públicas, destinado a selecionar previamente interessados para a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Chamamento Público para Credenciamento de Empresa prestadora de Serviços Médicos e de Pessoa Jurídica da Área da Saúde, a serem executados em regime de plantões/turnos, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo, conforme especificações e quantitativo descritos abaixo:

- MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA SEM RQE
- MÉDICO CARDIOLOGISTA

O Credenciamento estará aberto por 12 (doze) meses a partir da data de publicação do edital, para a inscrição de interessados, conforme disposto no edital de chamamento.

3. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A presente contratação é necessária para complementar a rede de serviços de saúde do município e garantir o adequado atendimento à população no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O uso do Credenciamento como procedimento para esta contratação baseia-se na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, caso em que é considerada viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas. Alternativamente, dependendo de como a seleção final é realizada (por demanda do usuário, por exemplo), pode se enquadrar na hipótese de seleção a critério de terceiros. Ambas as hipóteses estão previstas na Lei nº 14.133/2021.

O Credenciamento tem por base constitucional o artigo 6º inciso XLIII da nova lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021, **Lei Federal nº 8.080/1990** do Ministério da Saúde, Lei Municipal nº 2.399/2023, Decreto Nº6765/PMMA/2025.

A referida contratação poderá ser realizada mediante credenciamento, onde todos os interessados são efetivamente contratados, sem que haja relação de exclusão nem competição conforme preceitua o artigo 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021, por isso pode ser caracterizada nos critérios de inexigibilidade de licitação pública.

Credenciamento visa preservar a lisura, transparência e economicidade em todo o procedimento, garantindo tratamento isonômico dos interessados, com a possibilidade de acesso de qualquer um que preencha as exigências e requisitos estabelecidos em edital e observando os princípios e diretrizes do SUS.

A saúde é um direito fundamental de todos e deve ser assegurada por todos os entes da Federação, devendo ser viabilizado o seu acesso por meios legais existentes. Esta Administração Pública tem por meta dar tratamento prioritário à saúde a fim de proporcionar uma devida assistência à população, considerando que não é possível tal assistência sem a presença do profissional médico.

No intuito de suprir a necessidade de procedimentos médicos especializados nas áreas de Cardiologia e Ultrassonografia, bem como a necessidade de ampliar o perfil técnico do Hospital Municipal Saúde, dando atendimento digno à população, torna-se necessária a contratação de médicos especialistas nessas áreas para atender a demanda do Município de Ministro Andreazza-RO.

A escolha deste procedimento auxiliar está fundamentada em Estudo Técnico Preliminar (ETP) e análise de mercado, que demonstraram a viabilidade de manter múltiplos prestadores aptos a serem contratados em condições uniformes.

O acesso ao Credenciamento é **livre a todos os profissionais ou pessoas jurídicas** interessadas que preencham as condições e requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público.

DO QUANTITATIVO

Todavia, para fins de contratação as quantidades serão separadas por lote de acordo com as horas necessárias, sendo que os valores estão relacionados à cada especialidade, conforme segue:

Tabela - Lote 1

Especialidade	Metodologia	Valor da hora	Média de horas/mês	Média de horas/ano	Valor Total/ano R\$
Cardiologia	Escala diurna por hora trabalhada	R\$176,10	48/60 hrs	624 HRS	R\$ 109.886,40
Total R\$ 109.886,40					

Tabela - Lote 02

Especialidade	Metodologia	Valor da hora	Média de horas/mês	Média de horas/ano	Valor Total/ano R\$
Ultrassonografista sem RQE	Escala diurna por hora trabalhada	R\$ 155,00	48/60 hrs	624 HRS	R\$ 96.720,00
Total R\$ 96.720,00					

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Descrição Geral dos serviços

Os profissionais médicos prestarão os serviços em âmbito hospitalar/ambulatorio no município de Ministro Andreazza, a contratação exigirá que os prestadores de serviço (pessoas jurídicas credenciadas e seus profissionais) atendam aos seguintes requisitos:

A Pessoa Jurídica deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira conforme exigido na fase de habilitação.

Os profissionais indicados pela Pessoa Jurídica deverão possuir a qualificação técnica e a experiência necessárias para a prestação dos serviços, conforme comprovado pela documentação exigida para habilitação técnica.

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os profissionais disponibilizados pela credenciada prestarão serviço conforme escala de trabalho previamente definida e deverão atuar em regime de plantões/turnos a serem realizados nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os profissionais seguirão rigorosamente as escalas previamente definidas pela diretoria técnica do hospital, que serão distribuídas em jornadas, conforme a necessidade da administração nos períodos diurnos, de segunda a sexta nos 5 dias da semana.

Participa e ou colabora com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades institucionais; executa tarefas afins.

Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;

Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;

Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;

Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;

Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do atendimento;

Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;

Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;

Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;

A empresa contratada obriga-se a executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

Médico Ultrassonografia sem RQE: Profissional da medicina que trabalha como profissional de imagens médicas e fornecem as imagens solicitadas pelos médicos para facilitar o diagnóstico e tratamento dos pacientes.

Realiza obtenção de imagens em ultrassonografia geral;

Os profissionais médicos contratados para realização de serviços especializados em ultrassonografia deverão realizar no mínimo 20 exames de ultrassom em escala de plantões 12 hrs diurnas.

Realiza exames de ultrassonografia previamente agendados pela rede municipal de saúde;

Realiza exames de ultrassonografia originados por urgência encaminhados pelas Unidades de assistência à saúde do município;

Responsabiliza-se tecnicamente por exames ultrassonográficos executados, incluindo a análise dos resultados e confecção dos respectivos laudos;

Atendimento a reações adversas e intercorrências relacionadas à atividade;

Realiza ultrassonografia tais como: abdominal total adultos, de rins e vias urinárias adultos, abdome superior, de próstata via abdominal, obstétrico via abdominal; obstétrico endovaginal; obstétrico gemelar via abdominal; de tireóide; de partes moles (pele e tecido subcutâneo); cervical; ginecológico via abdominal; de bolsa escrotal; pélvica transvaginal; pélvica trans abdominal; Mamas; glândulas salivares; parótidas; abdominal total de crianças de 0-12 anos; de rins e vias urinárias de crianças de 0-12 anos; de tireoide com Doppler; de articulações (ombro, cotovelo, punho, joelho e tornozelo); canal inguinal bilateral; parede abdominal; carótidas e vertebrais; de pé ou mão; doppler venoso de um membro inferior; doppler arterial de um membro inferior; doppler venoso de um membro superior; doppler arterial de um membro superior; pélvica transvaginal do Doppler;

Cardiologista: Realizar consultas ambulatoriais para diagnóstico, manejo e tratamento de condições cardiovasculares.

Solicitar, interpretar e acompanhar exames complementares, como eletrocardiogramas, ecocardiogramas e testes ergométricos.

Desenvolver e ajustar planos terapêuticos individualizados, considerando as condições clínicas e as necessidades específicas de cada paciente.

Emitir relatórios, pareceres técnicos e laudos detalhados, garantindo clareza e qualidade nas informações médicas.

Realizar encaminhamentos para outros especialistas ou serviços, como hemodinâmica e cirurgia cardiovascular, assegurando continuidade e integralidade do cuidado.

Registrar informações detalhadas no prontuário eletrônico ou físico, garantindo conformidade com protocolos clínicos e respeito ao sigilo médico.

Atuar em campanhas e ações educativas para prevenção e controle de doenças cardiovasculares, conforme diretrizes da Secretaria de Saúde.

Respeitar as normas e fluxos estabelecidos pela unidade, assegurando atendimento humanizado e eficiente.

5. QUANTIDADES ESTIMADAS

As estimativas das quantidades para a contratação, expressas em horas de plantão ou turnos, estão baseadas em levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. As memórias de cálculo e documentos de suporte a essas estimativas estão detalhadas no Estudo Técnico Preliminar. A contratação dos serviços ocorrerá conforme a demanda e a escala de trabalho previamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando os critérios objetivos de distribuição da demanda estabelecidos no Edital, caso a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados não seja possível.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi definida com base em pesquisa de mercado, utilizando parâmetros conforme estabelecido no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Os preços unitários referenciais,

memórias de cálculo e documentos de suporte poderão constar de anexo classificado, caso a Administração opte por preservar o seu sigilo até a conclusão do Credenciamento, conforme autorizado pelo art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

Os valores a serem praticados pelos credenciados serão aqueles definidos no Edital de Chamamento Público.

Os valores de mercado foram referenciados nos municípios de Pimenta Bueno, Rolim de Moura e São Francisco conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND.	Modalidade de plantão	Carga horária semanal	Cotação 01 NOVA UNIÃO	Cotação 02 ROLIM DE MOURA	Cotação 03 VILHENA	Cotação 04 Empresa CPM	MÉDIA
01	CARDIOLOGISTA	HRS	PRESENCIAL	12HRS	R\$ 0	R\$ 170,00	R\$ 153,32	R\$ 205,00	R\$ 176,10
02	ULTRASSONOGRAFISTA	HRS	PRESENCIAL	12HRS	R\$ 130,00	R\$ 150,00	R\$ 0	R\$ 185,00	R\$ 155,00

Item	Descrição	Modalidade de plantão	UND.	Valor Unit.	Carga Horária Anual	Valor Total
01	CARDIOLOGISTA	PRESENCIAL	HRS	R\$ 176,10	624 HRS	R\$ 109.886,40
02	ULTRASSONOGRAFISTA	PRESENCIAL	HRS	R\$ 155,00	624 HRS	R\$ 96.720,00
VALOR TOTAL						R\$ 206.606,40

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os profissionais disponibilizados pela empresa credenciada deverão prestar os serviços de forma presencial, conforme escala de trabalho previamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde. As atividades serão realizadas em regime de plantões ou turnos, com carga horária semanal de 12 horas, totalizando 624 horas anuais por profissional, conforme a necessidade da Rede Municipal de Saúde.

A prestação dos serviços ocorrerá nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria, sendo imprescindível o cumprimento da carga horária estabelecida para cada especialidade.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração (fiscal do contrato), formalmente designado. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado.

9. MODELO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo setor competente da Administração. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de quadro detalhado dos serviços executados no mês.

§1º. Como condição indispensável para a liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de recolhimento dos encargos sociais obrigatórios (FGTS e INSS) relativos ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, **quando houver empregados vinculados à execução contratual.**

§2º. A ausência da comprovação prevista no parágrafo anterior, nas hipóteses em que aplicável, implicará a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a indenização ou atualização monetária em razão do atraso.

§3º. Os pagamentos estarão ainda condicionados à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente. O pagamento observará a ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos, na categoria de contratos de prestação de serviços. A alteração na ordem cronológica poderá ocorrer mediante prévia justificativa e comunicação aos órgãos de controle.

É vedado à contratada cobrar quaisquer valores diretamente dos usuários pelos serviços prestados.

10. FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

O Edital de Chamamento Público e seus anexos estarão disponíveis para consulta e obtenção no sítio eletrônico oficial do Município, no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, e/ou na Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza-RO.

Os interessados deverão encaminhar a documentação exigida à CPL, no endereço e horário indicados no Edital. A inscrição poderá ser realizada a qualquer tempo, conforme a vigência do credenciamento.

Nos termos do **Decreto Municipal nº 6765/PMMA/2025**, que dispõe sobre o procedimento auxiliar do credenciamento previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, o credenciamento será precedido de chamamento público e observará, entre outros pontos:

- A forma eletrônica do processo, compreendendo as fases: preparatória, divulgação do edital, apresentação e análise da documentação, publicação da lista de credenciados, fase recursal e homologação;
- A documentação será analisada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período;
- O edital ficará disponível no PNCP e no Portal da Transparência Municipal durante toda a validade do credenciamento, possibilitando o ingresso de novos interessados a qualquer tempo;
- O credenciamento somente será válido para os interessados que atenderem integralmente às condições estabelecidas no edital e na legislação;
- Os credenciados deverão manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de descredenciamento;
- O resultado com a lista de credenciados será publicado no Portal da Transparência do Município em até 5 (cinco) dias úteis após a análise.
- Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

11. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

A fase de habilitação consistirá na verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante (neste caso, do interessado no credenciamento) de realizar o objeto da contratação. A habilitação será dividida em:

11.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

Serão exigidos documentos que comprovem a existência jurídica da Pessoa Jurídica, incluindo, mas não se limitando:

- a) Requerimento para credenciamento.
- b) Cópia do CNPJ da empresa, com ramo de atividade compatível com o objeto.
- c) Atos constitutivos, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados.
- d) Documentos de identificação dos sócios administradores.

11.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA

Serão exigidos documentos que comprovem a aptidão técnica da Pessoa Jurídica e dos profissionais indicados, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Relação dos profissionais que prestarão os serviços.
- b) Cópia da Cédula de Identidade Profissional (CRM) dos médicos indicados.
- c) Certidão negativa do Conselho de Classe (CRM), no tocante a anuidade e a existência de penalidades.
- d) Diploma de Graduação em Medicina.
- e) **Registro de Qualificação do Especialista (RQE) para as especialidades exigidas na área requisitada de Cardiologia.**
- f) Certificados de curso de especialização, stricto sensu ou Título de Especialista.
- g) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que substituirá a vistoria prévia.

11.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Serão exigidos documentos que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz).

11.4 OUTRAS DECLARAÇÕES

Além dos documentos acima, poderão ser exigidas outras declarações, tais como:

- a) Declaração de idoneidade.
- b) Declaração de sujeição às condições estabelecidas no Edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação. Esta declaração deverá estar em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- c) Declaração de não parentesco com dirigentes ou agentes públicos relevantes da Administração.

d) Declaração de que os custos trabalhistas estão compreendidos na proposta econômica.

A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia autenticada ou por outro meio admitido pela Administração. Poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão público, desde que previsto no edital e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Erros ou falhas sanáveis poderão ser corrigidos.

12. CRITÉRIO DE CONVOCAÇÃO/CONTRATAÇÃO

A convocação e contratação dos credenciados para a prestação dos serviços, caso a demanda não permita a contratação imediata e simultânea de todos, ocorrerá conforme critérios objetivos estabelecidos no Edital de Chamamento Público. O prazo mínimo para a primeira sessão pública de abertura dos documentos de habilitação será de 08 (oito) dias a partir da publicação deste edital e após a primeira sessão, a documentação será analisada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do protocolo de entrega da documentação, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.

A convocação talvez não ocorra de forma simultânea e imediata entre todos os credenciados, devido à capacidade instalada na Unidade Mista de Saúde de Ministro Andreazza/RO. O critério para contratação seguirá os requisitos definidos de acordo com a distribuição da demanda citados no ETP.

Na hipótese de que trata o inciso I do caput do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de escolha dos credenciados deverá resguardar a devida rotatividade e será preferencialmente o sorteio, observando-se as seguintes regras objetivas:

- O sorteio será realizado publicamente pela SUPEL, em sessão a ser convocada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, com registro em ata;
- A ordem de convocação seguirá a lista numerada gerada no primeiro sorteio do exercício, sendo as demandas apresentadas em listas específicas por especialidade;
- Em caso de recusa ou ausência injustificada do credenciado convocado, este será deslocado ao final da lista de rodízio, convocando-se o próximo da fila;
- O credenciado que cumprir a demanda a ele atribuída retornará ao final da lista de rodízio, assegurando distribuição equitativa das demandas;

12.1 DAS OBRIGAÇÕES DIRETAMENTE RELACIONADAS AO PROFISSIONAL MÉDICO DISPONIBILIZADO PELA CREDENCIADA

Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala pré-determinada e cumprir com demanda de exames de ultrassom, consultas médicas, visitas, estipulada para o dia e demais requisitos de acordo com cada especialidade.

12.2 As eventuais trocas de jornada e/ou escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas;

12.3 No caso de não haver troca oficial por opção das duas partes, a responsabilidade é do que estava escalado originalmente;

12.4 Cumprir com pontualidade seus horários e registrando a chegada e saída em ponto eletrônico ou folha de ponto;

12.5 Permanecer (o médico prestador de serviço) no local escalado durante todo o período necessário.

12.6 Tratar com respeito e urbanidade os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais membros da equipe.

12.7 Acatar as deliberações da direção.

12.8 Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamentos para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;

12.9 Realizar ou supervisionar e interpretar exames radiológicos, bioquímicos, hematológicos e outros, empregando técnicas especiais ou orientando a sua execução para confirmação ou informação de diagnóstico;

12.10 Realizar avaliação tratamento de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico e encaminhar os pacientes para outras especialidades, quando necessário.

12.11 Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência.

13. PRINCÍPIOS DE QUALIDADE

O atendimento deverá ser humanizado e holístico, centrado no indivíduo e suas necessidades;

O médico deverá conhecer e aplicar todos os protocolos, bem como conhecer o funcionamento do sistema da Central de Regulação de Leitos;

O médico deverá conhecer os fluxos, processos e programas do Município;

O médico deverá manter o prontuário com todos os registros de forma adequada segundo os ditames técnicos e éticos. E preencher corretamente a autorização de Internação Hospitalar AIH.

A prescrição de medicamentos deverá preferencialmente estar de acordo com a disponibilidade existente na assistência farmacêutica municipal.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas durante a prestação do serviço contratado;

Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21;

A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/21.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, bem como a cessão ou transferência do contrato, ainda que parcial. Qualquer ato nesse sentido será nulo de pleno direito e poderá ensejar a aplicação de sanções.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações contratuais e das normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 sujeitará o contratado às sanções administrativas previstas na referida Lei, garantido o direito à prévia defesa. As sanções incluem:

I - Advertência.

II - Multa. A multa por inexecução total poderá ser de 20% sobre o valor do contrato.

III - Impedimento de licitar e contratar.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. A aplicação de sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo prazo máximo de 3 (três) anos. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Para as sanções de impedimento e inidoneidade, o processo de responsabilização será conduzido por comissão e o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias úteis. Para a sanção de multa, a defesa será facultada no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

É admitida a **reabilitação** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigindo, cumulativamente, a reparação integral do dano, o transcurso do prazo mínimo da sanção (1 ano para impedimento, 3 anos para inidoneidade) e o cumprimento das condições definidas no ato punitivo.

17. REAJUSTAMENTO/REVISÃO DE PREÇOS

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ocorrer por meio de **reajuste ou revisão de preços**, conforme aplicável ao credenciamento com preço público previamente fixado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O reajuste/revisão deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do último reajuste/revisão. A solicitação será precedida de demonstração analítica da variação dos custos ou dos índices aplicáveis. O prazo para resposta ao pedido de reajuste/revisão será preferencialmente de 1 (um) mês.

18. EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do contrato poderá ocorrer por diversas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo o não cumprimento das obrigações, razões de interesse público ou outras causas determinadas em lei. O contratado também terá direito à extinção do contrato em casos específicos previstos na lei.

19. RECURSOS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, protocolando o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data limite para apresentação da documentação, se houver. A resposta será divulgada em sítio eletrônico oficial em até 3 (três) dias úteis.

Dos atos da Administração no Credenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, em face de ato que defira ou indefira pedido de inscrição em registro cadastral

ou pré-qualificação (aplicável ao procedimento auxiliar). Da aplicação das sanções caberão recursos com prazos específicos.

O recurso e o pedido de reconsideração, quando cabíveis, terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos no presente Termo de Referência serão analisados sob os aspectos da **Lei nº 14.133/2021** e alterações posteriores.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos de direito, os Anexos a seguir listados, que devem ser adaptados para referenciar a Lei nº 14.133/2021 onde couber.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas quanto à aquisição destes serviços poderão ser tiradas através do telefone (69) 3448 2361, na SEMSAU no horário de 7:00 às 13:00 horas.

Ministro Andreazza/RO, 16 de abril de 2026

Elaborado por

GRACIELE MENDES EGERT

Matricula nº 8481

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

ELIAS VIEIRA AMORIM

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 6.313/PMMA/2024

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ministro Andreazza, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, autoriza a abertura da licitação pertinente e respectivas despesas em conformidade com a Lei.

JOSÉ ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

